Análise da epidemiologia de Toxoplasmose congênita nos municípios do Mato Grosso do Sul durante os anos: 2017 a 2024

Autor(res)

Ana Paula Machado Cunha
Maíra Dias Aguiar
Giovanna Lomba Azevedo
Cauet Rabelo Ramos Dias
Thiago Rolo Ferreira
Renata De Castro Arcangelo Figueiredo
Pietra Antonella Freitas Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

Introdução

A toxoplasmose é uma zoonose causada pelo protozoário Toxoplasma gondii, transmitida principalmente pela ingestão de água ou alimentos contaminados com oocistos presentes nas fezes de felinos. Sua forma congênita ocorre pela transmissão transplacentária, principalmente durante o terceiro trimestre da gestação, podendo causar graves sequelas neurológicas e oculares no feto e no recém-nascido (Brasil, 2019). O diagnóstico precoce, realizado por meio de testes sorológicos no pré-natal e no período neonatal, é essencial para prevenir complicações, visto que a maioria dos casos congênitos é inicialmente assintomática, mas pode evoluir com manifestações tardias e irreversíveis se não tratada adequadamente. Isso demonstra a importância do acompanhamento gestacional e após o nascimento, um dos importantes tópicos discutidos nesse trabalho, visto que a inadequação dessa monitoração é uma relevante contribuição para maior distribuição temporal e espacial da doença no estado do Mato Grosso do Sul. O tratamento segue o esquema tríplice composto por pirimetamina, sulfadiazina e ácido folínico, conforme protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Frenkel, 2002). No Brasil, a toxoplasmose congênita tem se mantido como um agravo relevante à saúde pública, apresentando variações nas taxas de detecção entre os municípios ao longo dos anos, como um aumento maior que o dobro de casos entre 2020 e 2023 (Brasil, 2024). Mesmo a região CentroOeste não tendo uma grande porcentagem de casos dentre os nacionais, sabe-se que heterogeneidade geográfica, econômica e cultural do estado influencia diretamente a exposição ao T. gondii, especialmente em áreas rurais, onde o contato com o solo, a água e animais domésticos é mais intenso (Galisteo Jr. et al., 2019; Dubey, 2020). Além disso, desigualdades na cobertura do pré-natal e na qualidade da vigilância epidemiológica interferem negativamente na identificação e notificação dos casos (Brasil, 2023; Cardoso et al., 2022). Essas condições reforçam a necessidade de investigações regionais que analisem o comportamento da doença e os fatores associados à sua ocorrência, subsidiando ações de prevenção e controle mais eficazes. A presente pesquisa justifica-se diante do cenário atual da saúde pública, considerando que a toxoplasmose congênita é frequentemente incluída entre as doenças negligenciadas no

contexto global (Wallon; Peyron, 2018). As divergências nas notificações, somadas às falhas na assistência pré-natal, na classificação e no tratamento da doença, contribuem para o aumento de crianças com anormalidades visuais e neurológicas, impactando negativamente a qualidade de vida da população (Dutra, et al., 2021; Wallon; Peyron, 2018). Diante disso, evidencia-se a importância de compreender a epidemiologia dos casos da doença, com foco na análise temporal e espacial da ocorrência da toxoplasmose congênita no estado. Parte-se da hipótese de que as variações anuais e regionais nas taxas da doença estejam relacionadas à cober

Objetivo

1. Analisar a epidemiologia da toxoplasmose congênita no estado do Mato Grosso do Sul durante os anos de 2017 a 2024;
2. Determinar a frequência de toxoplasmose congênita nos municípios do Mato Grosso do Sul;
3. Analisar a adequação do período do teste de triagem neonatal;
4. Propor recomendações de vigilância epidemiológica e prevenção nas áreas de maior incidência;
5. Analisar a influência de determinantes socioeconômicos das cidades de maior incidência da toxoplasmose congênita.

Material e Métodos

Este trabalho se classifica como uma pesquisa epidemiológica documental, descritiva e retrospectiva com abordagem quantitativa, objetivando analisar o perfil da toxoplasmose congênita nos municípios de Mato Grosso do Sul (MS) no período de 2017 a 2024. O estudo é do tipo analítico e baseia-se em dados secundários, obtidos mediante consulta aos registros do IPED/APAE (Instituto de Pesquisas, Ensino e Diagnósticos da APAE de Campo Grande). 2.1 Seleção e descrição dos sujeitos da pesquisa Foram analisados dados referentes a casos de recém-nascidos com resultado positivo para toxoplasmose congênita, disponibilizados pelo IPED/APAE de Campo Grande em formato de planilha eletrônica, abrangendo o período de 2017 a 2024. O critério de inclusão considerou todos os registros válidos presentes na base de dados, enquanto o critério de exclusão compreendeu casos com informações incompletas, inconsistentes ou duplicadas. A utilização dos dados secundários ocorreu mediante a concessão do “Termo de Dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e após a assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso para uso, guarda e divulgação das informações. A pesquisa está vinculada à Universidade Anhanguera - UNIDERP e foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIDERP, com data de aprovação ética do CEP/CONEP em 18/03/2025, CAAE: 85330024.6.0000.0199. Os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e apagar todos os dados ao final do estudo, mitigando riscos de vazamento. 2.2 Análises estatísticas Os dados foram tabulados no Excel e submetidos a análises estatísticas que permitiram julgar sua adequação e verificar os resultados. Foram apresentadas análises de estatística descritiva e inferencial. Na estatística descritiva, foram calculadas a frequência absoluta e relativa, taxa de incidência, quartis e percentis para a frequência da doença. A taxa de incidência foi expressa em casos por 10.000 nascidos vivos. Para o tempo de realização do teste de triagem neonatal (Data de nascimento X Data da coleta), foram aplicadas Média, Moda, percentis e proporções (Tabela 1). Na estatística inferencial, foi aplicada Correlação e utilizados o teste Qui-quadrado e regressão para analisar a influência de determinantes socioeconômicos na incidência da doença, sendo a hipótese alternativa (H1) a de que existe correlação entre os determinantes socioeconômicos e a incidência de toxoplasmose congênita. Foram utilizadas análises bivariadas, e os resultados foram apresentados em gráficos e tabelas.

Resultados e Discussão

FREQUÊNCIA DE TOXOPLASMOSE CONGÊNITA NO MATO GROSSO DO Durante o período avaliado, foram triados 280.659 recém-nascidos, entre eles, 256 (0,091%) positivaram para toxoplasmose congênita e 49 (0,017%) tiveram exames com resultados indeterminados. A frequência média anual estimada foi de 11,3 casos a cada 10.000 triados, com tendência de crescimento ao longo da série temporal analisada. Na análise anual, entre 2017 e 2022, observou-se manutenção de valores relativamente baixos em comparação aos outros anos avaliados, com variações entre 3 e 26 casos positivos por ano. Nesse intervalo, a média foi de 16,7 casos e a moda de 19, refletindo uma oscilação moderada, porém sem tendência clara de aumento. A partir de 2023, verificou-se um aumento expressivo na ocorrência de casos, com 76 registros positivos — valor aproximadamente 4,5 vezes superior à média observada nos anos anteriores. Esse padrão de elevação manteve-se em 2024, quando foram identificados 80 casos. Somados, os dois anos concentram 60,94% de todos os registros do período analisado, evidenciando uma intensificação recente da detecção da toxoplasmose congênita.
ADEQUAÇÃO DO PERÍODO DE TESTE DE TRIAGEM NEONATAL Foram analisados os testes de triagem neonatal de todos os casos positivos para toxoplasmose congênita no período de 2017 a 2024. Observou-se que 40,6% dos testes foram realizados entre o 3º e o 5º dia de vida, conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde. Em contrapartida, 49,6% foram realizados tardiamente (após o 5º dia) e 9% precocemente (antes do 3º dia). Dois pacientes apresentaram datas inconsistentes, cujos registros serão reavaliados. De modo geral, verificou-se que apenas 1 a cada 6 pacientes realizou o exame no período considerado adequado.

Conclusão

O trabalho em questão ainda não contempla a totalidade das análises, uma vez que parte dos dados permanece pendente de avaliação e validação. Dessa forma, os resultados apresentados correspondem a uma etapa parcial do estudo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Toxoplasmose Congênita no Brasil. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/centrais-de-conteudo/boletins-epidemiologicos. Acesso em: 15 out. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: Toxoplasmose Congênita – Brasil, 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 4 nov. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: volume único. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigilancia/ guia-de-vigilancia-em-saude-5a-edicao. Acesso em: 15 out. 2025. 10.1111/j.1550-7408.2002.tb00430.x. CARDOSO, E. et al. Desafios na vigilância da toxoplasmose congênita no Brasil: análise regional e temporal (2010–2020). Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 1–13, 2022. D